

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA  
(06 de maio de 2014)

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e quatorze, às quatorze horas, no Auditório Samuel Pessoa, na Villa da Saúde, após constatação do quorum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde para uma reunião extraordinária, tendo como pauta: 1-**14h00- Aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015; 2- 16h00-Teto máximo para encerramento**. O secretário de Saúde e presidente do CMS, **Drº Mohamad El Kadri**, abre os trabalhos do dia e passa a palavra à diretora do DPLS, Enfª **Rosilene Machado. Rosilene** inicia dizendo que os conselheiros receberam uma apresentação da LDO e o anexo com as metas e prioridades de 2015. **Rosilene** explica que de acordo com a lei complementar 141, a LDO precisa passar pelo CMS no mês de abril e que em setembro a lei orçamentaria irá para a câmara de vereadores para aprovação, sendo que a LDO é constituída das intenções reclinadas a isso e todas as áreas estão contempladas. **Rosilene** coloca que a LDO está publicada no site da PML, na Secretaria de Planejamento e Orçamento, e o documento tem um total de 120 páginas, pois fala da administração direta e indireta de todas as áreas da administração pública, sendo que o que interessa na verdade são os anexos que o conselho já aprovou no PPA 2014-2017, logo, é preciso verificar estes anexos de prioridades, sendo que se houver alguma sugestão, a lei não sofrerá alteração agora, pois é somente uma lei de diretrizes, e está alteração somente ocorrerá na lei orçamentária, que normalmente começa a se trabalhada nos mês de julho, portanto, em setembro é que se terá uma noção do valor financeiro orçamentário. **Rosilene** finaliza e coloca que as metas e prioridades que os conselheiros receberam na pauta estão de acordo com o PPA 2014-2017 aprovado no CMS. O conselheiro **Eliei Joaquim** fala que o conselheiro **Ildo** fez uma colocação a respeito de um documento que diz que o prazo máximo para o conselho discutir o assunto findaria em abril e que isso vai para a CML até o fim de maio. **Rosilene** responde que a Secretaria de Orçamento e Planejamento em Saúde já fez uma audiência pública no dia 09 de abril na Sercomtel, inclusive foi solicitado que a secretaria do conselho enviasse este convite aos conselheiros, pois a realização desta audiência é uma exigência da lei municipal, sendo que esta lei de diretrizes provavelmente já está na CML para

35 aprovação. **Rosilene** esclarece que o prazo para aprovação na CML é até junho. **Eliei**  
36 pergunta se a lei voltará para o CMS em setembro. **Rosilene** explica que a LDO e  
37 LOA são coisas distintas, pois a ultima vai precisar o valor orçamentário previsto para  
38 execução e as despesas. O conselheiro **Ildo Ioris** coloca que como isso já foi  
39 aprovado, está sendo feita uma mera formalidade no conselho, sendo que os  
40 apontamentos do conselho poderiam ter sido feitos na reunião passada. **Ildo** coloca  
41 que é preciso um pouco mais de tempo para estas discussões, inclusive os  
42 conselheiros precisam de mais tempo para analisar os documentos, e a aprovação das  
43 metas e prioridades deveria ter sido mais discutida. O conselheiro **Cícero Cipriano** faz  
44 uso da palavra e diz que no tocante a LDO de 2013, existem algumas questões que a  
45 servidora **Rosilene** poderia esclarecer, especificamente relacionadas à remuneração  
46 de pessoal, inclusive se do ano passado para cá houve ou não um acréscimo com  
47 relação a isso, pois a lei complementar 141 fala que uma das diretrizes da LDO diz  
48 respeito à remuneração de pessoal, definição de metas e dos riscos fiscais,  
49 apresentação das emendas parlamentares e da LOA e os critérios para convênios,  
50 logo, gostaria de saber se houve alguma mudança de 2013 para 2014, qual o impacto  
51 disso e a expectativa do município quanto à lei de responsabilidade fiscal. A diretora  
52 financeira da SMS, **Sandra Regina Silva**, faz uso da palavra e inicia dizendo que a  
53 LRF e os anexos de riscos fiscais são acompanhados pela Secretaria de Planejamento  
54 e Orçamento, e o que implica se o que foi planejado será ou não cumprido é a receita,  
55 pois com base na receita é que são estimadas as despesas, sendo que isso depende  
56 da arrecadação do município como um todo, que é dividido entre todas as secretarias  
57 e serviços dentro do município, e, dependendo de como estiver a previsão de  
58 arrecadação, será informado para LOA qual o valor de referencia para a saúde, que é  
59 onde se saberá se poderão ser contratados novos servidores. O conselheiro **Eliei**  
60 **Joaquim** questiona que está ocorrendo um concurso para o cargo de ACS. **Sandra**  
61 explica que o concurso de ACS é uma substituição e que não serão acrescentados  
62 profissionais. **Eliei** questiona que o número de profissionais não é o mesmo que existe  
63 atualmente. **Sandra Silva** responde que foi solicitada a criação de 493 vagas para ACS  
64 e as contratações serão feitas de acordo com o recurso para pagamento orientado pela  
65 secretaria de fazenda, e, pelo menos para 330 vagas, que é o que se tem hoje, a  
66 autorização é para contratação imediata, sendo que para os demais vai depender de  
67 receita para poder pagar. O conselheiro **Cícero Cipriano** questiona se a SMS possui  
68 os dados da diferença de 2013 para 2014 e se houve alguma mudança. **Rosilene**

69 responde que no momento não está com este comparativo, mesmo porque isso não foi  
70 solicitado, no entanto, não houve mudanças na lei de diretrizes e nem nas metas de  
71 prioridades que os conselheiros receberam, pois são aquelas que já passaram pelo  
72 conselho e estão no PPA 2014-2017. As mudanças podem ser solicitadas pelo CMS e  
73 poderão ser pontuadas quando a LOA passar pelo conselho. **Rosilene** continua e diz  
74 que no tocante ao questionamento do Ildo, foi obedecido o prazo que o conselho pediu  
75 referente a documentos extensos, e talvez tenha ficado difícil para a comissão trabalhar  
76 com um prazo menor. **Rosilene** relata que verificou o calendário várias vezes, sendo  
77 que em janeiro foi analisado o ano que terminou, e, nesta análise, foram pactuadas  
78 algumas metas, mas é preciso terminar o relatório de gestão devido ao prazo, e março  
79 ou abril é que se começa a pensar na PAS, logo, é difícil melhorar a questão do prazo,  
80 e talvez o que pode ser feito é trazer mais vezes a programação anual para dentro do  
81 conselho enquanto monitoramento, e se for preciso alterar algo, o conselho pode  
82 solicitar pontos na pauta ou sugerir mudanças, pois a aprovação não significa que tudo  
83 está fechado. **Rosilene** coloca que o CMS aprovou a programação anual 2014-2017,  
84 no entanto, todo ano a SMS tem de trazer ao conselho a programação do ano que vai  
85 seguir, pois mesmo que foi aprovado lá, não são todas as diretrizes quem tem meta  
86 2014-2017. **Rosilene** finaliza e diz que a comissão e o conselho podem trabalhar a  
87 questão e discutir no conselho durante todo ano. A conselheira **Maria Osvaldina**  
88 coloca que a comissão sempre acompanhou a questão das metas. O conselheiro  
89 **Cicero Cipriano** pergunta qual é a estimativa orçamentaria para 2014. A diretora  
90 financeira **Sandra Regina** responde que a previsão para 2014 é de R\$ 433.002.000,00,  
91 destes, R\$ 200.900.000,00 são recursos municipais. O conselheiro **Cicero Cipriano**  
92 diz que é importante o CMS ter estes números, até para que possa acompanhar, pois  
93 uma das funções do conselho é verificar posteriormente se esta estimativa se torna  
94 real. **Sandra Regina** esclarece que a estimativa de 2013 era de R\$ 391.608.000,00, e  
95 com as suplementações legais se chegou ao valor de R\$406.349.369,00. **Sandra**  
96 esclarece que todas as informações estão disponíveis no site da PML no link secretaria  
97 de planejamento e orçamento/orçamentos/administração indireta/fundo municipal de  
98 saúde. O conselheiro **Edson Facundo** questiona quando a AMS voltara a fazer suas  
99 próprias licitações , pois há um grande nó no repasse do recurso da AIDS. O  
100 conselheiro **Eliei Joaquim** coloca que na última reunião foi definido que o CMS faria  
101 suas reuniões na Vila da Saúde até que ficasse pronta a licitação de um local fixo para  
102 as reuniões, logo, gostaria de saber se a questão já foi encaminhada. A conselheira

103 **Joelma Carvalho** afirma que o questionamento do conselheiro **Eliel** não corresponde  
104 ao assunto discutido no momento, portanto, é preciso primeiramente encerrar essa  
105 discussão. **Rosilene** diz que no tocante ao questionamento do conselheiro Edson, a  
106 Adriana fez uma sugestão de uma diretriz para que a PAS contenha a previsão do  
107 gasto de recurso financeiro da AIDS, porém, como a PAS já foi aprovada, gostaria de  
108 sugerir que seja dado o encaminhamento administrativo, que é a SMS sentar, verificar  
109 o que é o entrave e trazer uma proposta ao conselho. **Drº Mohamad El Kadri** coloca  
110 que o conselho precisa focar no assunto pautado, pois não adianta marcar uma reunião  
111 extraordinária, com a justificativa de que é preciso tempo para discutir um assunto, e na  
112 hora começar a fazer questionamentos sobre outras questões. O conselheiro **Cícero**  
113 **Cipriano** questiona a respeito do item – Contratar Servidores/Servidores contratados-  
114 Vinculados. **Rosilene** explica que a SMS trabalha com estimativas orçamentárias, ou  
115 seja, possibilidades de receita, e, conforme recurso que a PML disponibiliza para a  
116 saúde, a SMS tem de encaixar a receita prevista até então, a ação - contratar  
117 servidores - e um valor financeiro. **Rosilene** prossegue e diz que em 2015 a meta seria  
118 para contratar os servidores do programa do crack nos CAPS AD e Adulto, e também o  
119 Centro de Parto Natural, que é uma expansão da maternidade em relação ao parto  
120 natural, que é o programa Rede Cegonha e Rede Mãe Paraense, onde a SMS está  
121 recebendo investimentos do Ministério da Saúde e do Estado para a reforma e  
122 ampliação da maternidade, mas todas as contratações dependem da receita que a SMS  
123 terá de acordo com a discussão da LOA. O conselheiro **Cícero Cipriano** questiona se  
124 o valor de 3 milhões e 500 mil é para a contratação de 90 pessoas. **Rosilene** responde  
125 que são 90 pessoas, mas não se sabe o custo exato destas 90 pessoas, pois pode  
126 haver reajustes salariais, portanto, foi um valor estimado conforma a receita, pois tudo  
127 isto é apenas uma previsão. O conselheiro **Cícero Cipriano** diz que para não ficar  
128 limitada a contratação destas 90 pessoas, poderia se colocar a contratação de 100%  
129 do número que for necessário, e na questão do valor, como é algo estimado, poderia  
130 ser colocada uma ressalva dentro desta dinâmica. **Rosilene** responde que são no  
131 mínimo 90, mas a SMS pode até conseguir contratar mais, no entanto, colocar 100%  
132 das necessidades não é possível. O conselheiro **Cícero Cipriano** pede para que no  
133 documento conste a expressão “no mínimo 90 pessoas”. **Rosilene** responde que o  
134 sistema não aceita isso. **Cícero** pede que então fique registrado em ata que é no  
135 mínimo 90 pessoas e que os 3 milhões e 500 mil é um valor aproximado. **Rosilene**  
136 responde que já é assim, pois no PPA em 2013 a SMS não tinha como saber a

137 realidade de 2014, 2015, 2016 e 2017, por isso é uma previsão e a atividade precisa  
138 ficar aberta. **Rosilene** continua e explica que não há recursos vinculados, pois a SMS  
139 não tem recebidos recursos por emenda do MS para contratação de pessoal, pois ela  
140 tem ficado a cargo do município. A diretora financeira **Sandra Silva** explica que a ação  
141 tem de ser criada, pois se ela não for incluída no PPA e LDO, depois será preciso uma  
142 lei para criar uma nova ação. A conselheira **Maria Osvaldina** afirma que o conselheiro  
143 Cícero estava na comissão no dia que foi discutido tudo isso, e a comissão aceitou.  
144 **Cícero** coloca que não falou nada contrário, e, embora esteja na comissão, quem  
145 aprova e desaprova é o pleno. **Cícero** continua e diz que se tiver alguma dúvida vai  
146 pedir um esclarecimento, pois não vem ao conselho somente para aprovar ou  
147 desaprovar algo, e sim com conhecimento de causa para contribuir e aprender com os  
148 pares. A conselheira **Carmem Lucia Garcia** diz que também tem uma dúvida no  
149 tocante à ação 655, pois nos vinculados o valor é zero, mas o centro de parto natural e  
150 o programa crack AD são programas federais e estaduais, logo, o estado e o governo  
151 federal deveriam enviar recursos para contratar servidores e não somente para  
152 desenvolver as ações. **Rosilene** responde que está previsto somente um custeio, o  
153 qual pode ser usado somente nas ações de custeio. A questão do CAPS passou pela  
154 bipartite estadual e foi definido que eles somente irão ajudar CAPS regionais, sendo  
155 que o de Londrina não é regional, portanto, vai depende de recursos do próprio  
156 município e do ministério da Saúde. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** faz uso da  
157 palavra e inicia dizendo que tem observado que nas diretrizes do MS, também nos  
158 convênios com a entidade filantrópicas, há uma tendência de investir e equipar e não  
159 na manutenção do serviços , sendo que essa “bomba’ acaba nas mãos dos municípios,  
160 mas, de qualquer forma, essa discussão de hoje já foi feita no PPA. ou seja, estamos  
161 “chovendo no molhado”. **Ana Paula** afirma ainda que ao longo do tempo tem  
162 melhorado muitos os instrumentos , inclusive a discussão do PPA foi muito produtiva, e  
163 talvez a discussão de hoje seja inócua. O conselheiro **Eliei Joaquim** diz que tem  
164 participado do curso de conselheiros e que o mesmo tem sido bastante interessante,  
165 até mesmo como subsidio para este tipo de discussão, que é algo bastante complexo,  
166 logo, sem esse domínio fica difícil fazer o debate. **Eliei** diz que é muito importante que  
167 essas discussões sejam feitas no conselho, ainda mais que com a capacitação, os  
168 conselheiros estarão muito mais preparados para analisar o assunto. A conselheira  
169 **Ana Paula Cantelmo** afirma que há vários instrumentos de gestão, um deles é  
170 relatório de gestão anual, que é um instrumento onde não é preciso esperar encerrar a

171 competência para se fazer uma discussão e análise da evolução dos indicadores, pois  
172 hoje o relatório já tem um formato que é consenso, logo, é preciso criar mecanismos  
173 para a cada mês ter os números e fazer mensalmente as análises, pois não é preciso  
174 esperar um relatório enorme para fazer a análise, já que enquanto está se fazendo é  
175 que pode se corrigir os rumos. **Cantelmo** afirma que talvez seria interessante designar  
176 uma das comissões para fazer a análise mensal do relatório de gestão, e, no final do  
177 ano, a aprovação do relatório se transformar em uma mera formalidade. **Rosilene**  
178 explica que o relatório quadrimestral que virá em maio para o CMS apreciar, faz parte  
179 do relatório de gestão e já é o primeiro monitoramento que por lei precisa ser cumprido,  
180 agora já é o relatório a cada 4 meses, pois existem ações e indicadores que não  
181 podem ser cumpridos mensalmente, mas a maioria a SMS consegue medir  
182 quadrimestral, semestral ou anual. Rosilene explica que o conselho terá a apreciação  
183 do 1º relatório de 2014, que depois vira no relatório anual de gestão, ou seja, esse  
184 relatório apreciado vai para a audiência pública na CML. A conselheira **Julia Miyamoto**  
185 coloca que os gestores deveriam participar da capacitação, pois as discussões são  
186 interessantes para todos os segmentos. A conselheira **Maria Osvaldina** parabeniza o  
187 trabalho realizado pela diretora Rosilene Machado. Encerrados os questionamentos,  
188 **Drº Mohamad El Kadri** coloca em votação a **Aprovação da Lei de Diretrizes**  
189 **Orçamentárias/2015. O conselho aprova de forma unanime Lei de Diretrizes**  
190 **Orçamentárias/2015.** **Drº Mohamad El Kadri** passa a palavra a Ouvidora da SMS,  
191 servidora **Nereide Bonini**. **Nereide** faz uso da palavra e inicia dizendo que foram  
192 solicitados alguns esclarecimentos. O conselheiro **Cícero Cipriano** questiona como  
193 será a dinâmica desta discussão. **Drº Mohamad El Kadri** explica que serão somente  
194 alguns esclarecimentos. **Nereide** coloca que no tocante ao caso do senhor Gerson, foi  
195 verificado que ele está sendo acompanhado desde que voltou para Londrina, sendo  
196 que ele se acidentou na cidade de Umuarama, teve alta e procurou a SMS na situação  
197 que todos têm conhecimento. Nereide continua e relata que quando procurou a SMS,  
198 todos fizeram o maior esforço e foi marcado uma consulta de urgência para o Cismepar  
199 na especialidade de Ortopedia, que por sua vez o encaminhou para a UPA, que ficou  
200 sem saber o que fazer com o paciente e o reencaminhou novamente, sendo que lá foi  
201 trocado o gesso novamente, mas a cirurgia era impossível. O paciente realmente ficou  
202 sendo encaminhado de um lado para o outro, pois, chegava à especialidade, ele era  
203 barrado e não conseguia ser encaminhado para o hospital. Conversando então com o  
204 **Drº Joselito** e **Drº Weber**, era possível internar este paciente no HZS e lá regular para

205 um hospital terciário, mas, levando em consideração que saiu o seguinte na imprensa:  
206 “CRM diz que medico pode negar atendimento a paciente operado por outro  
207 profissional”, o erro começou lá em Umuarama, pois ele deveria ter sido regulado para  
208 cá e não foi. Nereide coloca que o paciente tem mais uma consulta marcada para o dia  
209 13 de maio, e o que vai acontecer nos não sabemos, e será que vai adiantar mandar  
210 para o HZS, o hospital vai resolver ou vai dar alta, ai já complica a situação. Nereide  
211 explica que as consultas de urgências foram todas marcadas, com infecto e ortopedia,  
212 só não esta sendo dado o segmento do atendimento. Nereide diz que no tocante ao  
213 questionamento do Cicero sobre a demora nas coletas de exames, foi conversar na  
214 DAPS e detectou que houve um aumento na oferta de consultas nas UBS's e isso  
215 gerou um aumento no numero de pedidos de exames, por isso o tempo de espera para  
216 coleta de exames aumentou. Nereide diz que no tocante ao questionamento sobre a  
217 fisioterapia, havia uma previsão para 30 dias, no entanto, fechou mais uma clinica e a  
218 demanda é muito grande. O conselheiro **Jurandir Jura Pinto** diz que são 21 cidades  
219 atendidas pelo Cismepar, sendo que a instituição está dizendo que somente 5 estão  
220 em dia, inclusive Londrina deve 2 milhões e meio de 2013, e cerca de 1 milhão em  
221 gestões passadas. Quando chega no posto de saúde, estes exames não são atendidos  
222 porque o Cismepar tranca as consultas devido a falta de pagamento. **Drº Mohamad El**  
223 **Kadri** explica que para um pagamento é preciso existir um contrato entre as partes, ou  
224 seja, não é só o município, pois o contrato deve ser feito junto com o Cismepar. Outra  
225 coisa é que o contrato e o que se deve, não tem nada a ver com o atendimento, e o  
226 Cismepar não bloqueia nada. Acontece que os contratos têm de ser feitos com ambas  
227 as partes e precisa passar pela procuradoria, e outro entrave é que agora o Cismepar é  
228 publico, sendo assim o contrato agora é diferente. Mohamad continua e diz que é fácil  
229 dizer que algo não esta sendo feito porque não está sendo pago, no entanto, não é tão  
230 simples assim. **Jurandir** diz que é o Cismepar então que está repassando uma  
231 informação equivocada. Jurandir coloca que ate dezembro, havia conselheiros que  
232 nem lá na reunião iam, e para o TC, eles prestavam contas do que foi recebido e o que  
233 foi gasto, mas agora o tribunal quer saber o que estão devendo, e ai estourou esta  
234 divida lá, inclusive está com documentos e eles estão pedindo, a não ser que estejam  
235 informando coisas erradas e são funcionários que não estão sabendo o que fazem,  
236 pois ate então a informação é que não está sendo feito o atendimento nos postos por  
237 falta de pagamento. O conselheiro **Cícero Cipriano** diz que o conselheiro deve tomar  
238 cuidado em sua fala, pois não é que os conselheiros não estavam indo as reuniões,

239 pois deve ficar claro que com a mudança do regime do Cismepar para publico-publico,  
240 quem ficou responsável por acompanhar o conselho fiscal foi um servidor indicado pela  
241 secretaria, pois foi uma orientação do próprio Cismepar. Outra questão é que o  
242 conselho fiscal pode solicitar esclarecimentos, sendo que existem 3 contratos com o  
243 Cismepar, sendo um através de renda percapita, outro para prestação de serviços e  
244 um terceiro para contratação de médicos para o CAPS, sendo que o conselheiro  
245 Jurandir poderia solicitar um detalhamento destes 3 contratos e quantos profissionais  
246 da SMS estão alocados no Cismepar sendo pagos pelo município. O conselheiro  
247 Jurandir diz que uma das informações que obteve é que o conselheiro Cícero não  
248 comparecia as reuniões. O conselheiro **Edson Facundo** explica que era suplente do  
249 **Cícero** e que compareceu em todas as reuniões que o mesmo não podia ir. A  
250 conselheira **Juvira Barbosa** diz que gostaria de esclarecimentos sobre duas  
251 demandas. Juvira questiona a respeito da vacina Palivizumabe, a qual foi dito na  
252 imprensa que seria aplicada até o fim de abril, sendo que ate agora nada foi feito e  
253 inclusive existem crianças que já perderam o prazo e estão em risco, logo, por que se  
254 faz tanto alarde na imprensa, quando na verdade aquilo não está programado de fato.  
255 Juvira cobra uma resposta com urgência sobre o caso. Juvira prossegue e diz que  
256 outra questão é a Getexcel, pois já foi discutido e o próprio prefeito, conversou com a  
257 entidade e disse que era para ser refeito, logo, gostaria de saber porque ainda nada foi  
258 feito, sendo que existem pacientes especiais que precisam deste atendimento  
259 odontológico. Juvira questiona em qual gaveta está estacionado irregularmente este  
260 contrato. Juvira questiona a questão das cotas de impressão de exames nas unidades,  
261 pois houve casos do medico ter de ver o exame na tela do PC por falta de cotas de  
262 impressão, sendo que isso vai fazer falta lá no prontuário do paciente. **Drº Mohamad**  
263 **El Kadri** diz que no tocante a cota de impressão, não faltou em nenhuma unidade.  
264 Juvira afirma que infelizmente faltou. **Drº Mohamad El Kadri** explica que quando está  
265 acabando a cota, imediatamente ela é solicitada e reestabelecida, sendo que o que  
266 acontece é que muitas vezes as informações são desconstradas. A conselheira  
267 **Joelma Carvalho** diz que no tocante ao questionamento sobre a vacina, a 17ª regional  
268 já enviou uma resposta e ela ser a encaminhada a todos os conselheiros. **Drº**  
269 **Mohamad El Kadri encerra a reunião.** Esta ata foi elaborada pelo servidor Anderson  
270 Luiz Oliveira Silva, revisada pela secretária Sandra Bavia e será assinada pelos  
271 conselheiros abaixo:

Titular	Mohamad El Kadri	
---------	------------------	--



Suplente	Suzana Verlingue Rodrigues	
Titular	Teresinha de Fatima Sanchez	Ausência c/ justificativa
Suplente	José Carlos Moraes	
Titular	Jacy Silveira Cleto	Ausência
Suplente	Fernando Cesar Iwamoto Marcucci	
Titular	Pilar Nadir Alvares Soldório	
Suplente	Fábio Vinicius Molin	Ausência c/ justificativa
Titular	Carmem Lúcia Lázaro Garcia	
Suplente	Lázara Regina De Rezende	Ausência c/ justificativa
Titular	Isaltina Pires Cardoso	Ausência
Suplente	Sandra Iara Sterza	Ausência
Titular	Eliel Joaquim dos Santos	
Suplente	Nadya Christiane Silveira Pellizzari	Ausência c/ justificativa
Titular	Adão Aparecido Brasilino	Ausência c/ justificativa
Suplente	Marcelo Alves Seabra	Ausência
Titular	Janaina Mazzer Salinet	Ausência c/justificativa
Suplente	Alcindo Cerci Neto	Ausência c/ justificativa
Titular	Fahd Haddad	Ausente c/ justificativa
Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	
Titular	Edmilson da Silva Garcia	Ausência
Suplente	Artemízia Bertolazzi Martins	
Titular	Carlos José Estevan Lioti	Ausência
Suplente	Margarida de Fátima F. Carvalho	Ausência c/justificativa
Titular	Luís Lino de Almeida Junior	Ausência
Suplente	Joselito Tanios Hajjar	Ausência
Titular	Paulo Fernando De Moraes Nicolau	
Suplente	Nobuaqui Hasegawa	Ausência
Titular	Cicero Cipriano Pinto	
Suplente	Arnoldo Bulle	Ausência
Titular	Livaldo Bento	Ausência c/ justificativa
Suplente	Antonio Escatambulo	
Titular	Eliane da Silva Nascimento	Ausente
Suplente	José Aparecido Martins	Ausente
Titular	Wagner Aguiar	
Suplente	Alice Carvalho Franco	Ausência
Titular	Monica Gulaeff	Ausência
Suplente	Juvira Barbosa Cordeiro	
Titular	Maria Osvaldina De Mello Oliveira	
Suplente	Antonio Barrichello	Ausência
Titular	Jair Rodrigues Pereira	Ausência c/ justificativa
Suplente	Salete Cruz dos Santos	
Titular	Jurandir Jura Pinto Rosa	

Suplente	Emani José dos Santos	
Titular	Julia Satie Miyamoto	
Suplente	Iracema Caldeira De Oliveira Ferreira	Ausência
Titular	Adriana Xavier Dorta	
Suplente	Edson Facundo	
Titular	Márcia Beghini Zambrim	
Suplente	Teresa Gonçalves Moreschi	Ausente com justificativa
Titular	Joelma Apda de Souza Carvalho	
Suplente	Elizabeth Bueno Candido	Ausente
Titular	Ildo Ioris	
Suplente	Ana Barbara de T. Lourenço Jorge	Ausente
Titular	Dulcelina Aparecida Silveira	
Suplente	João Antônio S Neto	Ausente